

FEBRE AMARELA: A DOENÇA E A VACINA, UMA HISTÓRIA INACABADA. Jaime Larry Benchimol (coord.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 470 pp.

ISBN: 85-85676-98-1

Em 1998, começou a nona epidemia de febre amarela silvestre no Brasil desde a década de 1930, quando se deu a primeira e, sem dúvida, a maior das epidemias conhecidas. A epidemia de 1998, levou a febre amarela silvestre ao extremo sul do país e, por estar o *Aedes aegypti* disseminado por todos os Estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, o risco de reurbanização da febre amarela freqüenta os pesadelos dos responsáveis pela saúde pública no país. Essa epidemia determinou a intensificação da vacinação contra a febre amarela, não só nas áreas de risco, mas também nas grandes cidades, resultando na ocorrência de quatro óbitos devido à vacina, fato inusitado até então. A necessidade de retomar o estudo dessa doença e de sua vacina, e redefinir as políticas de seu controle se transformou em prioridade. Como sempre acontece nos momentos de crise, os olhos se voltam para o passado, procurando no mais de um século de experiência brasileira com o controle da febre amarela, uma inspiração para os problemas atuais.

Até recentemente, a referência básica para os interessados na história da febre amarela no Brasil era o livro de Odair Franco (1969a), publicado originalmente na *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais* (1969b), publicação do então Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), que sobreviveu do final da década de 1940 até o final da de 1980. O livro de Franco, ainda uma referência imprescindível, padece da ausência da visão de um historiador, deficiência que o livro da autoria de uma equipe de pesquisadores, coordenada por Jaime Larry Benchimol e editado pela Editora Fiocruz, com certeza, não tem.

Há muito mais do que a febre amarela e a sua vacina no livro de Benchimol. Comemorando os 25 anos do Instituto de Tecnologia de Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, o braço produtor de imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), assim como o centenário dessa instituição, foi produzida esta obra, uma edição extremamente bem cuidada, com excelentes fotografias e primorosa qualidade gráfica, ainda que o produto final seja de difícil manuseio, é definitivamente um livro para ser lido em casa ou na biblioteca, jamais no avião ou ônibus. Em termos de produção, sente-se a falta de um índice remissivo, este seria um auxiliar valioso numa publicação que é, sem dúvida, a principal obra de referência para a história da febre amarela no Brasil.

Muito mais do que apenas a febre amarela e sua vacina, pois os autores incorporaram outras doenças e outras vacinas, como a da varíola, por exemplo. O livro é coerente com o seu propósito, a história é vista

pela ótica da FIOCRUZ, daí que é também uma importante referência para a história da instituição. Isso justifica a escassez de dados sobre as atividades de controle da febre amarela nos estados, como o trabalho de Emílio Ribas em São Paulo, por exemplo, ou as ações do serviço especial de controle da febre amarela de São Paulo, constituído na década de 1930, do qual quase nada se conhece. Mas esse não é o objeto do livro.

Benchimol e sua equipe, tomaram os atores principais da sua história, a febre amarela, sua vacina e a FIOCRUZ, e teceram em torno deles uma trama bem construída que caminha pela história da saúde pública brasileira de uma maneira ao mesmo tempo agradável e de leitura cativante, como também historicamente correta, muito bem documentada, com uma iconografia farta e pertinente. Um aspecto que valoriza enormemente o livro é sua atualidade, pois inclui os problemas com a vacina e o comportamento recente da febre amarela silvestre até o ano de sua edição – 2001.

A leitura deste livro, é recomendada a todos que se interessam por essa doença ainda tão desconhecida, aos que ainda não foram seduzidos por ela e, principalmente, por todos os responsáveis pelo controle de doenças transmitidas por vetor no Brasil, lembrando que aqueles que ignoram a história, estão fadados a repeti-la.

À parte de sua precisão histórica, o livro é também uma fonte tecnicamente precisa no que diz respeito à vacina de febre amarela, com uma riqueza surpreendente e gratificante de detalhes sobre a natureza do vírus vacinal e o processo de produção da vacina.

Um aspecto atraente no livro, que torna sua leitura particularmente interessante, é a ênfase no período que poderíamos chamar de “pós-Oswaldo Cruz” das ações contra a febre amarela. A historiografia da saúde pública brasileira é rica no período constituído pelo final do século 19 e início do século 20, quando se constituem as instituições da República e se inicia o período “científico” da saúde pública. Sem desprezar esse período formador, quando se introduz o controle vetorial como medida de controle da febre amarela, já objeto de um livro do próprio Benchimol (1999), este concentra uma parte significativa do seu esforço para o período em que se deu o amargo despertar da febre amarela como problema de saúde pública, quando da epidemia de 1928 e 1929 no Rio de Janeiro, momento que marca uma mudança de atitude em relação à doença e que, de certa maneira, marca o início de uma intensa atividade de pesquisa, em que a FIOCRUZ foi o epicentro desse esforço que nos legou o conhecimento sobre a forma silvestre da febre amarela, a sua vacina, as campanhas de controle e erradicação do *A. aegypti* e boa parte da cultura sanitária brasileira.

O livro é estruturado em quatro capítulos, o primeiro sobre o período formador de Manguinhos, in-

cluindo os momentos anteriores à modernização das ações de saúde pública; o segundo sobre o nem sempre fácil relacionamento com a Fundação Rockefeller, a formação do Serviço Especial de Saúde Pública e terminando com a implantação do Ministério da Saúde (MS) em 1953. O terceiro capítulo discute o processo de fabricação da vacina e as ações do MS, desde sua implantação em 1953 até 1990. O quarto e último capítulo discute Bio-Manguinhos e sua história, terminando com o momento atual, em que os problemas com a vacina da febre amarela, todas elas, não apenas a fabricada por Bio-Manguinhos, demandam um re-estudo da vacina, sua fabricação, sua eficácia e as políticas de vacinação.

O prefácio de Akira Homma é uma introdução perfeita ao livro e, ao contrário do que freqüentemente se faz, não pode deixar de ser lido, de preferência na seqüência correta, antes do texto principal. Da mesma maneira, as notas e a valiosa bibliografia, complementos fundamentais à obra.

Impossível não recomendar. Cabe a sugestão de uma outra edição, mais econômica, de manuseio mais fácil, talvez em dois volumes, para permitir uma melhor difusão do livro. Este se tornou, sem dúvida, a referência fundamental sobre a febre amarela no Brasil.

Luiz Jacintho da Silva
Departamento de Clínica Médica, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
Superintendência de Controle de Endemias,
Secretaria de Estado da Saúde, São Paulo, Brasil.

BENCHIMOL, J. L., 1999. *Dos Micróbios aos Mosquitos. Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ.

FRANCO, O., 1969a. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Divisão de Cooperação e Divulgação, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Ministério da Saúde.

FRANCO, O., 1969b. História da febre amarela no Brasil. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, 21:315-520.

NUTRITIONAL ANTHROPOLOGY. BIOCULTURAL PERSPECTIVES ON FOOD AND NUTRITION. A. H. Goodman, D. L. Dufour & G. H. Pelto (ed.). Mountain View: Mayfield Publishing Company, 2000. 392 pp.

ISBN: 0-7674-1197-8

Com a presente coletânea, os autores reúnem trabalhos que, de modos distintos, dão corpo a uma proposta que vem se consolidando principalmente desde a década de 70, e que assume particular importância em contextos de investigações epidemiológicas em nutrição e de programas de intervenção nutricional: a de contextualizar questões de ordem nutricional

em um quadro complexo, em que interagem as dimensões biológica e cultural das relações entre os seres humanos e seus alimentos. A proposta baseia-se no pressuposto de que estas relações envolvem uma série de aspectos além da dimensão nutricional, aspectos esses que de forma articulada norteiam as escolhas e práticas alimentares e, portanto, refletem-se na biologia humana, tanto a curto como a longo prazo. Como é dito ainda no prefácio, e na medida em que os padrões de comestibilidade – ou o que é concebido como comida – são culturalmente definidos, “*culture blends into biology*” (p. iii).

O livro divide-se em doze seções compostas por dois a quatro textos, agrupadas sob quatro grandes temas. Cada seção é precedida, de modo a melhor situar o leitor, por uma breve introdução aos textos que a compõem, propondo leituras adicionais e questões a serem discutidas à luz dos argumentos dos autores. O livro possui ainda, um glossário e dois apêndices; estes últimos apresentam princípios básicos de nutrição aos leitores pouco familiarizados com esta disciplina. Um objetivo adicional dos organizadores foi o de possibilitar o uso do material em salas de aula, como ponto de partida para a organização de cursos sobre o assunto. Cada seção pode, assim, ser utilizada em uma discussão semanal, sob a forma de um curso com a duração de um semestre.

Não se trata da primeira coletânea sobre o tema, mas o conjunto de artigos apresentados, indiscutivelmente revela a “maturidade” a que o campo da chamada “antropologia nutricional” chegou; isto através de uma gradual complexificação das análises, com a exploração de uma gama crescente de fatores e o surgimento das mais distintas abordagens, em que dialogam diversas áreas do conhecimento científico.

Os organizadores do livro têm como principal objetivo, assim, a reunião de artigos representando os principais enfoques e linhas de investigação da área, no que qualificam como um esforço de consolidação do campo. O livro destina-se, portanto, aos leitores interessados nas interfaces entre a nutrição humana e os aspectos não-nutricionais ligados à alimentação, como aqueles incluídos nas dimensões econômica, ecológica, social e cultural. A multiplicidade de enfoques representados na obra aponta para as possibilidades que o diálogo entre especialidades distintas revela, a despeito das dificuldades que tal proposta naturalmente envolve.

A importância de outros aspectos para além do valor nutricional dos alimentos na determinação dos problemas nutricionais, parece ficar evidente ainda na primeira metade do século XX. Johnston (1987) aponta para o relativo insucesso das intervenções, na década de 30, junto a crianças africanas que apresentavam um quadro de *kwashiorkor* (desnutrição severa por deficiência de proteínas), em virtude das ações basearem-se em um modelo monocausal, que via na suplementação de proteínas a solução para o proble-

ma. Kandel et al. (1980) assinalam a importância do trabalho, na década de 40, do Committee on Food Habits do National Research Council. O órgão evidenciou, à época, o papel preponderante dos fatores não-nutricionais nas escolhas alimentares da população norte-americana, em um momento em que as pesquisas privilegiavam os aspectos relacionados à fisiologia e à bioquímica. A despeito de tais evidências e do crescente número de trabalhos que integram diferentes perspectivas sobre o tema, o panorama não mudou radicalmente. Décadas mais tarde, a antropóloga britânica Mary Douglas (1982), ainda assinalava o contraste entre a multiplicidade de trabalhos sobre a fisiologia da nutrição e a escassez de análises que tratassem da série de fatores sociais a serem considerados em contextos de intervenção alimentar, relativos à introdução e aceitação de modificações nos sistemas alimentares tradicionais.

Cabe aqui considerar um pequeno detalhe, relativo a uma característica comum aos trabalhos reunidos no livro: os manuscritos não são necessariamente inéditos, o que significa dizer que foram produzidos em épocas bastante distintas, ou em momentos diversos da “evolução” das discussões na área. A apresentação dos artigos sem suas referências originais, pode dificultar a contextualização do leitor em um campo de conhecimento caracterizado pelo dinamismo e por um constante enriquecimento das perspectivas adotadas. A informação acerca da publicação original dos artigos, ausente na obra, seria um instrumento a mais à disposição do leitor menos familiarizado com a bibliografia selecionada.

A coletânea é precedida por um capítulo de autoria dos próprios organizadores, onde se propõem a definir o que denominam *enfoque biocultural*. O capítulo é uma espécie de apresentação do campo e mesmo da proposta multidisciplinar que de certa forma o permeia. Além disso, são definidos, de forma bastante didática, alguns dos principais enfoques adotados nas pesquisas em antropologia nutricional.

A primeira das quatro partes do livro, intitulada *A Taste of Nutritional Anthropology*, consiste em uma breve amostra da diversidade de questões e abordagens que compõem o campo. São apresentados temas tão diversos como o trabalho de campo em comunidades rurais, o combate à deficiência de vitamina A e a análise bioquímica de amostras de alimentos. A leitura é particularmente amena, já que os trabalhos selecionados foram originalmente escritos para platéias leigas, e ao mesmo tempo dá uma idéia inicial das discussões que se seguirão nas seções seguintes.

A segunda parte, *The Quest for Food: Evolutionary and Comparative Perspectives*, apresenta-se centrada na evolução dos sistemas humanos de obtenção de alimentos, incluindo estudos realizados a partir de registros fósseis e de comparações com o comportamento alimentar de outros primatas. São descritas, ainda, algumas das implicações dos principais sistemas alimentares contemporâneos. O conjunto reúne olhares complementares sobre as relações entre o homem e sua alimentação ao longo de sua evolução, trazendo reflexões sobre as implicações desta trajetória para a vida do homem moderno.

A terceira parte, *Why do We Eat What We Eat*, contempla análises distintas dos sistemas alimentares, a partir de perspectivas que privilegiam os aspectos

materiais, simbólicos e adaptativos da alimentação, o uso de alimentos como medicamentos e o reflexo de mudanças de ordem cultural na alimentação. Os trabalhos revelam sistemas alimentares plenos de significados, com evidentes implicações sociológicas e nutricionais. Nesse âmbito, é particularmente rico o contraste entre as interpretações “materialistas” e “simbólicas” (embora nesta última categoria incluam-se abordagens bastante diversas entre si) dos contextos etnográficos apresentados na seção. As interpretações materialistas – baseadas no papel central do atendimento às necessidades materiais, no que se refere ao delineamento e à evolução de práticas culturalmente específicas – parecem mais próximas ao pensamento biomédico ocidental, e possivelmente farão mais sentido para os leitores que possuam uma formação biomédica. Por outro lado, aqueles mais familiarizados com o arcabouço teórico das ciências sociais, talvez estejam menos inclinados a aceitar a preponderância dos fatores de ordem econômica ou biológica na determinação das escolhas e práticas alimentares.

A quarta parte, *Too Little and Too Much: Nutrition Problems in the Contemporary World*, enfoca de modo mais específico a dimensão nutricional da alimentação, embora não esteja limitada às abordagens estritamente biomédicas. Inclui temas como as consequências da desnutrição moderada, as possíveis interpretações do retardo do crescimento linear infantil, e as implicações das mudanças nas relações de produção e consumo de alimentos em diversas partes do mundo. A análise dos determinantes da desnutrição em contextos tão diversos como comunidades rurais mexicanas e populações urbanas norte-americanas, dão uma idéia da complexidade do problema e da necessidade de incorporar novas perspectivas aos modelos analíticos.

Os organizadores chegam, assim, a um panorama bastante detalhado do campo, onde a riqueza das discussões evidencia-se não apenas pela ênfase em aspectos distintos de um mesmo problema, mas pelo contraste entre argumentações por vezes radicalmente opostas sobre questões específicas. A qualidade dos trabalhos reunidos, aliada a um cuidadoso trabalho de organização, resulta em uma publicação primorosa, e que sinaliza para as possibilidades representadas pela análise dos aspectos não-nutricionais, associados ao ato de comer, enquanto uma etapa fundamental para a compreensão dos perfis nutricionais de populações humanas em toda a sua complexidade.

Maurício Soares Leite
Escola Nacional de Saúde Pública,
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

DOUGLAS, M., 1982. Food as a system of communication. In: *In the Active Voice* (M. Douglas, ed.), pp. 82-105, London: Routledge & Kegan Paul.

JOHNSTON, F. E., 1987. *Nutritional Anthropology*. New York: Liss.

KANDEL, R. F.; JEROME, N. W. & PELTO, G. H., 1980. Introduction. In: *Nutritional Anthropology. Contemporary Approaches to Diet and Culture* (N. W. Jerome, R. F. Kandel & G. H. Peltó, ed.), pp. 1-11, South Salem: Redgrave Publishing Company.

ESPAÇOS DA CIÊNCIA NO BRASIL: 1800-1930. Maria Amélia M. Dantes (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 208 pp.

ISBN: 85-85676-97-3

A historiografia brasileira abriga, até hoje, a cômoda tradição que situa tanto o período imperial brasileiro quanto a primeira fase republicana como uma longa etapa, na qual a intelectualidade nacional já definira algumas de suas mais críticas características. Segundo este viés, a herança sociocultural lusitana somar-se às pressões do imperialismo britânico para moldar uma elite apática, destituída de senso prático e que encontrava nos pronunciamentos dos bacharéis – e, com a proclamação da República, também os discípulos de Hipócrates – as únicas vozes que fugiam do senso comum para galgar o patamar das proposições científicas. Mesmo assim, tanto os advogados quanto os médicos fluíam para a pura reprodução dos modelos importados e, mesmo assim, sem maiores apuros, já que também se indica como marca dos intelectuais o empenho mais com a forja discursiva do que com os compromissos concretos, suscitados no momento de construção do Estado Nacional. Vale lembrar também, as sempre presente comparações entre o Brasil e os Estados Unidos: enquanto que o primeiro enveredava pela abstração das palavras, o pragmatismo dos norte-americanos voltava-se para oferecer respostas aos problemas urgentes, explicando-se através deste suposto prisma cultural o motivo do contraste econômico entre as duas ex-colônias.

Frente a tais imagens do Brasil e dos brasileiros, a renovação dos estudos históricos promovida nas últimas décadas, tem revelado uma realidade bem diferente daquela endossada pela historiografia mais antiga. O livro organizado pela professora Maria Amélia Dantes espelha estas novas tendências, oferecendo preciosas informações sobre o movimento intelectual brasileiro no período de 1800 a 1930.

A opção por entender as instituições científicas como um espaço de tensões e negociações entre diferentes atores sociais, e sobretudo como território de produção, legitimação e disseminação dos saberes afastou os ensaios incorporados na obra em tela das posturas ufanistas e da caricatural perspectiva, segundo a qual, a ciência se produz a partir de “gênios” que, isolados das questões mundanas, articulam no silêncio dos laboratórios e dos gabinetes novos conceitos e novas realidades. Em vez disso, a aproximação da história institucional com a história social favoreceu a avaliação das instituições e dos trabalhos por elas chancelados como reflexo, não só das novas idéias científicas que frutificaram no decorrer do período ao qual o livro se dedica, mas também como resultado das injunções econômicas e políticas nacionais e internacionais.

Filhos do iluminismo e das doutrinas científicas formuladas a partir do movimento ilustrado, uma parcela considerável dos intelectuais brasileiros empenhou-se em arquitetar alternativas que, escudadas pela ciência, buscavam colocar o nascente Estado Nacional nos trilhos do tão propalado “progresso” emblemado pelo século XIX. Nessa trajetória, o livro apresenta-se como uma coletânea de artigos que busca verificar a organização e o funcionamento de diferentes instituições científicas que, em conjunto, empenhavam-se em oferecer respostas para o desafio

representado pelas sempre precárias condições econômicas e sociais da jovem nação.

A primeira das instituições focada foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado logo após a transferência da família real lusitana para o Brasil. Apesar da precariedade de recursos e das lutas internas travadas durante o transcorrer do século XIX, suas ações voltaram-se tanto para o conhecimento científico da flora nacional e a viabilidade de seu aproveitamento pela indústria, quanto para a elaboração de novos métodos agrícolas. Paralelamente, por várias vezes levantou-se a questão de que um Jardim Botânico, além de servir como espaço para o lazer da população, também poderia abrigar uma escola agrícola vocacionada pelo compromisso de produzir e disseminar informações úteis para os grupos voltados para a produção rural. Nesse encaminhamento, experimentou-se a aclimação de novas plantas importadas do Oriente e de outras partes do continente americano, assim como testou-se novas variedades de cana-de-açúcar, café, chá, algodão e tabaco que poderiam render bons lucros para a economia nacional.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em seu período inicial de funcionamento, foi outra instituição analisada. Como as demais instituições visitadas na obra, a falta de continuidade administrativa, o confronto entre teorias que a ciência do século XIX produzia em série e a carência de verbas, constituíram-se em fatores sempre presentes. Nesse contexto, a Faculdade de Medicina carioca organizou-se sob a égide dos novos princípios da medicina, dentre eles o “nascimento da clínica” e a importância renovada dada às atividades laboratoriais. Para tanto, os docentes empenharam-se continuamente em apresentar reorganizações curriculares afinadas com as novas propostas da medicina européia, afastando-se do caráter sobretudo teórico do ensino, para abrigar uma visão pragmática da ciência. A busca pela eficiência dos serviços médicos tinha como objetivos: primeiramente legitimar os médicos como os únicos agentes plenamente capacitados para assistir aos doentes e, em seguida, implementar uma legislação sanitária eficaz e que garantisse sólidas bases para o biopoder que então se esboçava no contexto nacional.

A intenção de oferecer um conhecimento científico útil para o Estado e para a sociedade, ganhou contornos ainda mais definidos com a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), logo após a independência. Reunindo proprietários agrícolas e cultuadores da física e da química, assim como bacharéis e médicos, até meados do século XIX suas ações voltaram-se sobretudo para a economia rural, fazendo publicar inclusive um “catecismo agrícola”. As alterações econômicas que marcaram os meados daquele século, inclusive a proibição do tráfico de escravos, determinou que a instituição revisse seus objetivos iniciais, voltando-se então para os interesses industriais, através da experimentação de novas matérias primas para a indústria, a propagação de novos métodos científicos e a utilização de maquinários como estratégias de incremento da produção, sem contudo aumentar a mão-de-obra empregada.

Ainda sobre a SAIN, uma informação chama a atenção, testemunhando o interesse institucional com as novidades científicas tecidas na Europa: em 1866, o Ministério da Agricultura enviou para análise

da SAIN o pedido de Alfred Nobel para a realização de experiências de fabricação e venda da nitroglicerina, acompanhado de amostras do produto. Encaminhado o pedido para o setor competente da SAIN, no entanto, a documentação se perdeu, impedindo que Nobel visitasse o país.

O mesmo intento de decifrar o Brasil deu-se com Charles Frederic Hartt, geólogo e professor na Cornell University. Mais pelo seu empenho do que por iniciativa governamental, o cientista canadense foi o responsável pelo projeto de criação da Comissão Geológica do Brasil, que sustentava como principal proposta de estudo o conhecimento sistemático da estrutura geológica do território brasileiro. Contando mais com o apoio de particulares do que com verbas oficiais, na década de 1870, Hartt procedeu a pesquisas significativas sobre o Brasil; no entanto, em 1877, o cientista foi informado da extinção do órgão que dirigia, ficando implícito que seus levantamentos na área de paleontologia e paleoestratigrafia pouco impressionaram as autoridades nacionais porque pareciam de pouco uso prático.

No contexto da Primeira República, novas instituições ganharam corpo no ambiente brasileiro. A primeira delas, contemplada na obra, foi o Serviço Sanitário de São Paulo que, criado em 1892, a partir da antiga Inspetoria de Higiene paulista, tornou-se em pouco tempo instituição modelar para todo o país. Na estrutura do Serviço Sanitário, ganharam destaque as atividades desenvolvidas pelo Instituto Bacteriológico que, sob a chefia de Adolfo Lutz, foi o responsável pela implementação de práticas higienistas baseadas na nascente microbiologia, o que implicava inclusive a atualização dos conhecimentos da elite médica estadual. Vale lembrar que, no início do século passado, a nata intelectual e a imprensa assumiram a bandeira de que a Saúde Pública constituía-se em dispositivo fundamental para a melhoria das condições da saúde coletiva e, com isso, garantia, pelo menos parcialmente, o aumento da produção e o “progresso” nacional. Nesse sentido, as ações chanceladas pelo Instituto Bacteriológico foram vistas como essenciais para o estado e, em linhas gerais, para toda a nação.

O Instituto Butantan ocupou posição singular no cenário bandeirante. Criado em 1899 como dependência do Instituto Bacteriológico, sua missão era conter um surto epidêmico de peste bubônica no porto de Santos. Em 1901, o Instituto Butantan, capitaneado por Vital Brazil, ganhou autonomia, tendo então como tarefa a produção de soros, destacando-se em pouco tempo a produção de soros antiofídicos. Alternando períodos de intensas atividades com outros de quase estagnação dos trabalhos, o Instituto ganhou nova vida quando, em 1917, o cientista Artur Neiva, formado em Manguinhos, assumiu a direção com o intento de modernizar o órgão. Tomando como modelo o Instituto Oswaldo Cruz, uma das propostas de Neiva foi produzir e comercializar os produtos do Butantan, o que implicou inclusive na necessidade de expansão dos serviços. Como havia acontecido no Instituto criado por Oswaldo Cruz, o Butantan teve de se defrontar com a burocracia oficial que impedia a produção industrial e a comercialização direta dos soros, e também com muitos dos discípulos de Oswaldo Cruz. A reforma da legislação sanitária, entretanto, não ofereceu a Neiva as condi-

ções ideais de trabalho, impedindo a execução de seu plano de transformar o Butantan em uma instituição que poderia até mesmo se rivalizar com Manguinhos.

Fora do ambiente paulista, outra instituição que ganhou destaque na República Velha foi a Sociedade Brasileira de Ciências, criada em 1916 no Rio de Janeiro. Agregando cientistas de diferentes áreas, a Sociedade buscou defrontar-se com a noção de oposição entre “ciência pura” e “ciência aplicada”, incorporando a idéia segundo a qual ciência e riqueza nacional caminhavam juntas. Aglutinando pesquisadores associados aos institutos oficiais e estudiosos autônomos, a Sociedade favoreceu a introdução de novas teorias científicas, mostrando-se sintonizada com as novas propostas que estavam sendo elaboradas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e prestando apoio aos mais diferentes setores de estudos científicos. Como nas demais instituições analisadas, a escassez de recursos mostrava-se crítica, fazendo com que alguns dos seus sócios montassem laboratórios em suas próprias residências, como se deu com os irmãos Ozório, pesquisadores na área da fisiologia, saber que ainda não havia sido suficientemente reconhecido pelas faculdades de medicina como essencial na formação dos estudantes. Em contrapartida, a Sociedade Brasileira de Ciências teve a importância de sua atuação reconhecida simbolicamente quando, em 1922, recebeu como conferencista Albert Einstein, que então discorreu sobre as teorias que vinha desenvolvendo no campo da relatividade.

Ao findar a análise das instituições mencionadas, o livro oferece algumas lições. A primeira delas é o fato de que se constitui em falácia supor que a produção e divulgação científica teve início no Brasil apenas a partir da década de 1930, com o surgimento das instituições universitárias. Mais ainda, que constitui-se em erro da historiografia a idéia de que as ciências, com raras exceções, não foram devidamente reconhecidas pela elite nacional tanto como saber quanto como estratégia de ação concreta. Por fim, que mesmo estando situado na periferia do capitalismo, o Brasil se empenhou em produzir uma ciência própria, mesmo que inspirada nas idéias forjadas em outros quadrantes e contando freqüentemente com a participação de cientista estrangeiros.

A coleção de textos enfileirados no volume organizado por Maria Amélia Dantes merece ser lido. Os autores convocados para a produção do livro apresentaram apenas uma parte das instituições brasileiras voltadas para a ciência. Muitas outras existiram durante o período mencionado, inclusive fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo. A história e as ciências sociais contam com métodos e fontes documentais suficientes para novas investidas. Os leitores esperam que as pesquisas reunidas na obra resenhada – que é bom que se diga, contaram com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – não parem por aí. Muito ainda resta ser conhecido acerca da história institucional da ciência no Brasil.

Claudio Bertolli Filho
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação,
Universidade Estadual Paulista, Bauru, Brasil.
Programa de Pós-Graduação em Educação
para a Ciência, Faculdade de Ciências,
Universidade Estadual Paulista, Bauru, Brasil.

SER MÉDICO NO BRASIL: O PRESENTE NO PASSADO. André de Faria Pereira Neto. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 232 pp.

ISBN: 85-85676-96-5

Nos últimos anos, o campo de estudos em torno da história da ciência e da saúde tem se ampliado de maneira bastante significativa. Temos assistido não apenas a um aumento no número de trabalhos mas também, conseqüentemente, a uma maior variação no que se refere ao escopo de temas abordados e aos recortes teóricos e metodológicos. O livro *Ser Médico no Brasil: O Presente no Passado* de André de Faria Pereira Neto é um exemplo interessante e valioso desse processo. Aliás, o próprio fato de termos uma coleção como *História e Saúde* demonstra a consolidação da área.

Ser Médico no Brasil, originalmente uma tese de doutorado defendida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1997, nos faz refletir sobre a importância e a validade de pesquisas que se dediquem a mapear e interpretar eventos relevantes na história da medicina e da saúde pública. De fato, o autor consegue demonstrar a pertinência de um recorte que poderíamos chamar de sincrônico. Evidencia como a análise dos acontecimentos ocorridos no Congresso Nacional dos Práticos se converte em uma espécie de retrato instantâneo, de quadro panorâmico, que permite ao leitor ter uma visão interessante dos debates que mobilizavam a elite médica brasileira na década de 1920. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar, também nos motiva a discutir os limites desse tipo de abordagem.

Passemos a um resumo do conteúdo do livro, que está dividido em Introdução, mais cinco capítulos e Considerações Finais. Na Introdução, o autor parece repetir, em uma outra escala, o exercício metodológico ao qual se dedica no livro como um todo. Trata-se da análise de um quadro, e dessa vez estamos falando mesmo de uma pintura, realizada por Picasso em 1897, chamada *Ciência e Caridade*. Atentando para os detalhes impressos na tela, Pereira Neto nos faz entrar na cena da relação entre médico, paciente, família, assistentes que refletia os cuidados com a saúde no final do século XIX. Sobretudo, introduz o tema do papel do médico na sociedade, ao enfatizar como, naquela época, a profissão passava por um processo de grandes transformações. Sem dúvida, o dilema entre privilegiar os desígnios da ciência ou os imperativos da caridade estava na ordem do dia.

No capítulo 1, o autor se dedica a descrever o evento em questão. Após fazer uma rápida descrição do panorama social e político dos anos 20, traz alguns dados sobre o Congresso realizado entre 30 de setembro e 8 de outubro de 1922, pela Sociedade de Medicina e Cirurgia. Assinala a presença dos mais renomados médicos do momento, de representantes de 18 governos estaduais, de deputados, dos delegados das seis faculdades de medicina existentes no país e também de 21 associações médicas. Essas informações permitem imaginar a importância desse acontecimento para o campo médico e também suas repercussões para além dele.

Em termos dos seus objetivos, Pereira Neto esclarece que se centravam em torno da necessidade de discutir e avaliar o papel do médico na sociedade, diferentemente de outros eventos dedicados, por exem-

plo, aos avanços científicos. Essa pretensão advinha da constatação de que o contexto já não comportava mais uma atuação nos moldes consolidados na passagem do século. Se antes as condutas clínicas e morais estavam intimamente associadas, o trabalho em hospitais era pouco significativo, a relação com os pacientes era individualizada, o corpo do doente era percebido como um todo indivisível, na década de 1920 o quadro já havia se modificado. O conhecimento tinha se especializado, a relação com outros profissionais se tornava quase obrigatória e o arsenal técnico se desenvolvia vertiginosamente. Nas palavras do autor: “a tecnologia e a racionalização do trabalho começavam a concorrer com a subjetividade, a intuição, a individualização e a sensibilidade na relação médico-paciente, características predominantes até então” (p. 29).

Pereira Neto descreve como realizou seu trabalho investigativo por meio da análise dos Anais do Congresso Nacional dos Práticos, tendo privilegiado os relatórios oficiais de 45 dos seus integrantes. Com certeza, esse grupo é constituído por alguns dos nomes mais importantes na medicina brasileira da época. E a escolha dos temas privilegiados pelo autor reflete as polêmicas mais instigantes. Contudo, um leitor curioso e interessado gostaria de ter uma descrição mais pormenorizada do próprio evento, das circunstâncias em que foi realizado, dos outros temas abordados e mesmo do processo de escolha dos relatores. Embora o autor tenha privilegiado assuntos candentes naquele período e que, sem dúvida, devem ter sido os mais destacados no Congresso, deve haver uma série de outros, relacionados ao exercício da medicina, que podem não ter ganhado destaque nos relatórios oficiais porque tratavam de pontos mais delicados. Da mesma forma, a apresentação dos outros relatórios ou do processo de escolha dos relatores durante o evento, poderia trazer elementos importantes que ajudariam a dar mais cor a um acontecimento tão relevante. A escolha dos assuntos privilegiados e dos relatórios aprovados ganharia um sentido a mais se também pudéssemos ter acesso, mesmo que de maneira breve, ao que foi preterido pela elite médica que comandava o encontro.

No capítulo 2, o autor se dedica a descrever os conflitos entre os médicos que expressam disputas entre diferentes perfis: o médico generalista, médico especialista e o médico higienista. Nos debates em torno de temas como o segredo médico, no caso da notificação compulsória de doenças e a publicidade na imprensa leiga, era possível perceber as distintas perspectivas da atuação profissional e mesmo da visão de mundo desses médicos que privilegiavam orientações concorrentes. Na verdade, estava em jogo a autonomia do profissional em contraposição a uma regulamentação mais intensa por parte do Estado e das instâncias profissionais.

O capítulo 3 tem como foco a disputa entre os médicos e outros agentes, considerados seus auxiliares, no processo de cuidado dos doentes. Por meio das informações selecionadas por Pereira Neto, conseguimos vislumbrar como a elite médica estava bastante preocupada com a regulação do trabalho dos seus possíveis parceiros e também possíveis concorrentes no atendimento à população. Tanto nas discussões que tratavam dos farmacêuticos como das enfermeiras-visitadoras ou das parteiras, essa preo-

cupação se repete. E o autor mostra com sutileza como as posições dos debatedores variavam em torno da necessidade de controle e instrução ou da mera condenação da prática desses auxiliares. De qualquer forma, o que não se discutia era a legitimidade da autoridade médica.

No capítulo seguinte, Pereira Neto mostra como o terreno do tratamento e da cura das doenças não era tranqüilamente dominado pelos médicos ou pela medicina tradicional naquele momento. Através do seu relato, percebemos como curandeiros, espíritos e homeopatas foram alvos constantes das polêmicas ocorridas no Congresso. As posições dos médicos variavam no que se refere a condenações parciais ou mesmo de todo o conjunto de práticas que eram vistas como uma ameaça à soberania da medicina “científica” e “oficial”.

No quinto capítulo, vemos mapeado o campo da relação entre médicos e o Estado, tal como essa questão foi apresentada pelos relatores do evento de 1922. O autor chama a atenção para o fato de que as primeiras décadas do século XX, foram marcadas por uma crescente intervenção do Estado na área da saúde, fato ilustrado pela elaboração da lei de regulação profissional em 1915, e pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920. De um modo geral, os médicos tendiam a incentivar a ação do Estado na criação de instituições públicas e na regulação das práticas, desde que os limites de seus consultórios particulares não fossem violados.

Por fim, nas Considerações Finais, o autor mostra como muitos dos debates empreendidos na década de 20 continuam atuais nos dias de hoje, e ressalta a importância de conhecermos melhor a história da saúde no Brasil. Em seguida, há a apresentação de um levantamento biográfico dos 45 relatores considerados na análise do Congresso Nacional dos Práticos. Essa parte, longe de ser apenas um anexo para consultas esporádicas, representa um dos elementos mais significativos da obra, não apenas pelo volume de páginas mas sobretudo pela sua riqueza. O trabalho de pesquisa e a organização empreendidos, fazem desse tópico um guia extremamente útil para os pesquisadores desse campo.

Se o recorte em torno do evento do Congresso tem as limitações próprias a um retrato instantâneo, a apresentação dedicada da obra dos seus integrantes e a revelação dos diferentes modos de ser médico no contexto da década de 1920, redimensionam a importância do livro. Nesse sentido, o retrato produzido por Pereira Neto, principalmente em virtude da descrição da produção dos seus personagens e das disputas que os ocupavam no momento, constitui um documento valioso para os interessados em história da medicina e da saúde no Brasil.

Fabiola Rohden
Instituto de Medicina Social, Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

OBESITY: PREVENTING AND MANAGING THE GLOBAL EPIDEMIC. REPORT OF A WHO CONSULTATION. WHO Technical Report Series 894. World Health Organization. Geneva: WHO, 2000. 253 pp.

A obesidade é uma doença crônica que se caracteriza pelo acúmulo excessivo de gordura no tecido adiposo corporal, podendo causar danos à saúde de indivíduos. Dentre os inúmeros danos determinados pela obesidade, observam-se os problemas respiratórios, dermatológicos, distúrbios no aparelho locomotor, até doenças crônicas não transmissíveis como doenças cardiovasculares, diabetes não insulino-dependentes, certos tipos de câncer e dislipidemias. Sua etiologia é multifatorial sendo as principais causas concorrentes ao seu desenvolvimento aquelas de ordem genética, metabólicas, culturais, ambientais e comportamentais.

Devido a alta prevalência entre a população mundial, a emergência da obesidade tem sido discutida em diversos países, por estar se instalando em todas as classes sociais e faixas etárias, incluindo crianças e adolescentes. No entanto, é na população adulta que a obesidade vem se constituindo num importante problema de saúde pública, devido às altas proporções, assumindo características de uma epidemia importante.

Nessa perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (OMS), através de consultores em Obesidade, elaborou num período de dois anos, envolvendo mais de 100 especialistas do mundo inteiro, em colaboração com o Instituto de Pesquisa ROWETT (um centro de nutrição colaborador da OMS), um relatório técnico bem estruturado e completo, que teve como objetivos principais a revisão atualizada da epidemiologia da obesidade em diversos países, e propor recomendações para o desenvolvimento de políticas e programas de saúde pública para melhorar a prevenção e manejo da obesidade.

Os objetivos principais desta revisão foram: o de rever e conhecer a prevalência global e as tendências da obesidade entre as crianças e os adultos, os fatores que estão favorecendo o aparecimento e desenvolvimento da obesidade, além das conseqüências associadas à mesma, como as doenças crônicas não transmissíveis; examinar as conseqüências no campo da saúde e economia da obesidade e o seu impacto no desenvolvimento; desenvolver recomendações para ajudar países em desenvolvimento em políticas de saúde pública e estratégias, e assim, melhorar a prevenção e manejo da obesidade, e identificar as conclusões adquiridas nessa pesquisa.

Este relatório foi estruturado em cinco partes, onde as quatro primeiras abordam a epidemiologia global da obesidade e o último com as conclusões e as recomendações dos Consultores da OMS, mediante a revisão feita sobre essa patologia.

Na primeira parte, o relatório define e classifica a obesidade, caracteriza os dados da prevalência global e a tendência secular em todas as regiões do mundo. Nesse capítulo, os autores têm a intenção de ao definir, identificar, bem como o de caracterizar a obesidade como problema de saúde, dar os primeiros esclarecimentos para o estabelecimento de estratégias de prevenção e manejo dessa patologia.

A parte dois aborda os custos reais que o obesidade proporciona, principalmente no que concerne

à saúde mental e física, além das pesquisas no campo humano e os financiamentos que estão direcionados ao problema. Essas abordagens são essenciais para que sejam despendidos esforços para promover o controle urgente das ações voltadas para esse problema.

Na terceira parte, são descritas e identificadas a diversidade de fatores complexos e multicausais que influenciam no desenvolvimento e instalação da obesidade, através da análise de inúmeras pesquisas neste campo. Assim, são abordados os fatores dietéticos, como o consumo de energia, a utilização dos nutrientes específicos, o balanço energético e regulação psicológica do peso corporal, a dinâmica do ganho de peso, os padrões de atividade física, as influências do meio ambiente e da sociedade no aumento do ganho de peso, e os aspectos culturais e as implicações da obesidade para a saúde pública.

Na parte quatro, partindo da análise das informações nos capítulos anteriores, o relatório consolida e apresenta as possíveis estratégias para a prevenção e controle da obesidade, através dos serviços de saúde e de uma política direcionada à saúde pública. A quinta e última parte, finaliza o trabalho com conclusões obtidas através desta extensa revisão, destacando as áreas de maior prioridade, identificadas nesta pesquisa, propõe recomendações em estratégias e ações voltadas para prevenção e manejo desse problema.

Sendo assim, este relatório produzido pela *Technical Report Series* da OMS ao fazer uma excelente revisão sobre a obesidade, enfocando de forma abrangente, clara e objetiva inúmeros aspectos ligados a essa patologia, já considerada uma doença crônica e um sério problema de saúde pública, torna-se um completo instrumento de apoio técnico e de pesquisa aos profissionais voltados à área de saúde pública.

Jane de Carlos Santana Capelli
Escola Nacional de Saúde Pública,
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.